



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**

**AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AS  
NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**

**AREIA – PARAÍBA**

**2013**

**FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**

**AVANÇOS E DESFIOS PARA O ATENDIMENTO AS NECESSIDADES  
ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CENTRO  
DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal da  
Paraíba – CCA como requisito básico para  
a obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Biológicas.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER

**AREIA – PARAÍBA**

**2013**

**FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**

**AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AS  
NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal da  
Paraíba – CCA como requisito básico para  
a obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Biológicas.

Aprovado em 22 de abril de 2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER

Orientadora – CCA/UFPB

---

Prof<sup>ª</sup>. Msc. Andreza Polia

Examinadora - PRAPE/UFPB

---

Prof. Dr. Djail Santos

Examinador – CCA/UFPB

## DEDICO

A Deus, a conclusão de mais uma etapa da minha vida.  
Aos meus pais, Fátima e Eivaldo, aos meus tios,  
tia Zezé e tio Cláudio (*in memoriam*), ao meu primo Cléber,  
aos meus irmãos Fabrina e Fábio e ao meu namorado e companheiro  
Wallace, por todo incentivo e apoio dado durante essa caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meus passos e me dar forças para não desistir diante dos momentos difíceis.

Aos meus pais Fátima e Erivaldo, por acreditarem em mim, mesmo quando eu já não mais acreditava, dando motivação para seguir nessa luta, sempre com muito amor e carinho.

Aos meus tios, tia Zezé e tio Cláudio (*in memoriam*), por todo incentivo e amor dado durante toda minha vida, sendo sempre presença constante nela e assim como os meus pais, enxergando em mim um potencial que nem eu mesma enxergava.

Ao meu primo Cléber que juntamente com minha mãe, foram os responsáveis por me dar incentivo para cursar licenciatura em ciências biológicas.

Aos meus irmãos Fabrina e Fábio, por todo apoio e carinho dado.

Ao meu namorado Wallace, por me compreender e apoiar diante das dificuldades, sempre me motivando a não desistir.

Aos meus amigos de toda vida, em especial: Maria Eduarda, Aline, Luciene e Samara, que apesar da ausência necessária em diversos momentos, sempre se faziam presentes com palavras e gestos de carinho e amizade.

Aos meus amigos e colegas de turma que participaram de minha vida acadêmica, em especial: Elisângela, Janaína Matias, Janaína Moreira, Lidiane Rodrigues, Jéssica, Rayssa, Vanessa, Joallyson, Renata, Dinara, Wyara e Laynne, que mesmo nas diferenças e apesar dos desencontros, foram de extrema importância para minha formação. Alguns se fizeram presentes no início e convivi momentos divertidos, outros me acompanharam até o fim sempre me dando apoio, incentivo e conforto nas horas difíceis.

Ao Centro de Ciências Agrárias da UFPB pela oportunidade de fazer o curso e por toda assistência prestada.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger em especial, por ter acreditado e me feito acreditar que eu seria capaz, por toda paciência, assistência, dedicação e carinho.

A todos colaboradores da Universidade pesquisada que direta e/ou indiretamente contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

Palavras não serão suficientes para expressar meu agradecimento a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse concretizar este sonho. Mas, agora só posso dizer...

MUITO OBRIGADA!

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABNT** = Associação Brasileira de Normas Técnicas

**CCA** = Centro de Ciências Agrárias

**DF** = Deficiência Física

**DSER** = Departamento de Solos e Engenharia Rural

**EAN** = Escola de Agronomia do Nordeste

**IES** = Instituição de Ensino Superior

**LDBN** = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** = Ministério da Educação e Cultura

**NEE** = Necessidades Educativas Especiais

**ONU** = Organização das Nações Unidas

**PB** = Paraíba

**PCN** = Parâmetros Curriculares Nacionais

**RU** = Restaurante Universitário

**UFPB** = Universidade Federal da Paraíba

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1.</b> Entrada principal do CCA/UFPB.....	26
<b>Imagem 2.</b> Entrada/ladeira do Prédio da Mata.....	27
<b>Imagem 3.</b> Visualização geral do Prédio da Mata.....	28
<b>Imagem 4.</b> Entradas da central de aulas do Prédio da Mata (prédio antigo).....	28
<b>Imagem 5.</b> Entrada da central de aulas do Prédio da Mata (prédio novo).....	29
<b>Imagem 6.</b> Rampas de acesso interno da central de aulas do Prédio da Mata (prédio novo)..	29
<b>Imagem 7.</b> Prédio de salas departamentais e de professores do Prédio da Mata.....	30
<b>Imagem 8.</b> Hospital veterinário.....	30
<b>Imagem 9.</b> Prédio com salas de professores.....	30
<b>Imagem 10.</b> Prédio de Solos e Engenharia Rural.....	31
<b>Imagem 11.</b> Rampa externa de acesso do Prédio de Solos e Engenharia Rural.....	31
<b>Imagem 12.</b> Rampa interna de acesso do Prédio de Solos e Engenharia Rural.....	32
<b>Imagem 13.</b> Banheiro feminino do Prédio de Solos e Engenharia Rural.....	32
<b>Imagem 14.</b> Banheiro masculino do Prédio de Solos e Engenharia Rural.....	33
<b>Imagem 15.</b> Reprografia.....	33
<b>Imagem 16.</b> Restaurante Universitário.....	34
<b>Imagem 17.</b> Alojamento novo (feminino).....	35
<b>Imagem 18.</b> Parte interna do alojamento novo (feminino).....	35

# **AVANÇO E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**

## **RESUMO**

A presente pesquisa visou compreender e avaliar como está se desenvolvendo o processo de inclusão escolar no tocante ao atendimento as necessidades especiais de alunos com Deficiência Física (DF), no Centro de Ciências Agrárias da UFPB, no município de Areia, no estado da Paraíba. A escolha da Universidade se deu por ser a única Instituição de Ensino Superior do município e que atualmente tem dois estudantes com DF matriculados regularmente. Este trabalho teve por objetivo identificar e compreender os avanços e desafios enfrentados pelos estudantes com DF para concluir seus estudos e por coordenador, chefias departamentais e professores para atender as necessidades especiais dos alunos com DF, bem como as adaptações necessárias realizadas pela Universidade para oferecer acessibilidade adequada aos alunos com DF. Adotou-se o método qualitativo e descritivo com ênfase na pesquisa de campo, na qual foram aplicados questionários semiestruturados para dois alunos com DF, um coordenador de curso, dois chefes de departamento e sete professores de graduação e pós-graduação que atendem os alunos com DF. Também foram fotografados os espaços físicos do Campus frequentados pelos alunos com DF. Os dados foram categorizados segundo Bogdan e Biklen (1994) e analisados à luz de fundamentos teóricos e documentos legais. A partir dos resultados obtidos verificou-se que os participantes têm conhecimento dessa temática, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância e aceitam de maneira positiva a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. A maioria dos profissionais se sente despreparada para atuarem de forma mais efetiva nesse processo por não terem uma formação nessa área. O Campus não oferece acessibilidade adequada para que os alunos com DF possam realizar com autonomia suas atividades. O processo de inclusão é longo e requer comprometimento de todos que compõe um ambiente escolar, para oferecer um ensino de boa qualidade e garantir acessibilidade, assim respeitando as diferenças.

**Palavras-chaves:** Inclusão escolar, deficiência física, acessibilidade.

# **ADVANCES AND CHALLENGES TO SERVICE THE SPECIAL NEEDS OF STUDENTS WITH PHYSICAL DISABILITY FROM THE CAMPUS OF AGRICULTURAL SCIENCE OF UFPB**

## **ABSTRACT**

The present research aimed at understand and evaluate how is developing the process of the school inclusion regarding to service the special needs of students with Physical Disabilities (PD), in the Center of Agricultural Science of UFPB, in Areia City, in the state of Paraíba. The choice of the University occurred because it is the only higher education institution in the city and currently has two students with PD enrolled regularly. This study aimed at identifies and understand the advances and challenges faced by the students with PD for conclude their studies and for coordinator, departmental heads and teachers attend the special needs of students with PD, as well as the necessary adaptations performed by the University to offer an adequate accessibility for the students with PD. It was adopted a qualitative and descriptive method with emphasis on field research, that was applied a semi-structures questionnaires for two students with PD, one course coordinator, two department heads, and seven teachers of graduation and graduate that attend the students with PD. Also were photographed the physical space of the campus frequented by the students with PD. The data was categorized according Bogdan and Bikle (1994) and analyzed the light of the theoretical fundamentals and legal documents. From the results obtained it was verified that the participants have knowledge about this thematic, at the same time that they recognize the importance and that they accept in a positive way the inclusion of students with disabilities in Higher School. Most of the professionals feel unprepared to act more effectively in this process because they have no formation in this area. The Campus does not offer adequate accessibility for those students with PD to they be able to realize with autonomy their activities. The inclusion process is long and requires commitment from everyone that makes up the school environment, to offer a good qualities education and ensure accessibilities, thus respecting the differences.

**Keywords:** School inclusion, physical disability, accessibility.

# SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>II. INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ELUCIDAÇÕES CONCEITUAIS, LEGAIS E PEDAGÓGICAS.....</b>	<b>13</b>
2.1 Adaptações curriculares.....	17
<b>III. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>23</b>
<b>IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>25</b>
4.1 Análise: Espaço Físico.....	25
4.2 Análise dos dados oriundos dos questionários: compreendendo como os alunos são atendidos.....	35
4.3 Concepções sobre inclusão no ensino superior.....	37
4.4 A diversidade em sala de aula: aluno com deficiência.....	40
4.4.1 O que é deficiência física?.....	40
4.4.2 Formação docente.....	41
4.4.3 Adaptações curriculares.....	42
4.4.4 Relação interpessoal.....	43
4.4.5 Desempenho do aluno.....	46
<b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>VI. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICES: Questionários.....</b>	<b>55</b>

## I – INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com deficiência começou a ser refletida, com mais propriedade, a partir dos anos 1990, principalmente, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem (1990) e com a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), que trata dos Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Esta última declaração estabeleceu a educação inclusiva para todos, dando destaque ao atendimento especializado às pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo, assim, a integração das pessoas com deficiência no processo educativo.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência garantem as condições para o acesso e a permanência desse alunado na Educação Básica. O inciso I do Art. 206 da Constituição Federal, de 1988, determina igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e já o inciso III do Art. 208, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Entretanto, poucos são os alunos com deficiência que ingressam no Ensino Superior, alguns por apresentarem limitações físicas caracterizadas por deficiências sensoriais ou motoras. Especificamente, a partir dos anos 1990, no Brasil, várias foram as leis editais para garantir os direitos da pessoa com deficiência aos diferentes segmentos sociais. Exemplo disto é a Lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Considerando estas normativas, essa pesquisa abre espaço para a discussão sobre a inclusão de alunos com deficiência física (DF) no ensino superior, propondo um estudo em uma Instituição de Ensino Superior do município de Areia, a fim de compreender como está sendo o atendimento as necessidades especiais das pessoas com DF no Campus II da UFPB, na cidade de Areia, estado da Paraíba, principalmente por entender que as instituições públicas são responsáveis por garantir e colaborar com a construção de uma sociedade inclusiva conforme previsto na Resolução 48/93 da ONU.

Com a intenção de refletir sobre a realidade vivenciada, propõe-se como objetivo geral da pesquisa identificar e compreender os avanços e desafios que alunos com Deficiência

Física, matriculados na UFPB, no Centro de Ciências Agrárias, enfrentam para concluir seus estudos, bem como compreender as Políticas de Inclusão Social que a UFPB tem realizado para materializar: o direito das pessoas com deficiência, para acessar os diferentes espaços físicos da UFPB/CCA; e, as adaptações compatíveis e necessárias para o melhor atendimento aos alunos.

Como objetivos específicos, a presente pesquisa buscou:

- Averiguar se o Centro de Ciências Agrárias da UFPB dispõe de estruturas físicas adaptadas de acordo com o exigido por lei;
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com DF na Universidade;
- Compreender como estão sendo feitas as adaptações físicas e curriculares para melhor atender os alunos com DF;
- Conhecer o nível de entendimento dos professores e das Chefias Departamentais sobre Inclusão no Ensino Superior.

O trabalho está organizado em três capítulos além da introdução. O primeiro capítulo apresenta elucidações conceituais, legais e pedagógicas relacionada à pessoa com deficiência, deficiência física e sobre educação inclusiva, tendo um subitem voltado para as adaptações curriculares, enfatizando a eliminação de barreiras educacionais para a promoção da escola inclusiva. Para isso, se utilizou as ideias de Carvalho (2004), Stainback e Stainback (1999), Sasaki (2001), documentos legais nacionais e internacionais. No segundo capítulo apresentam-se os métodos e materiais utilizados na pesquisa. No terceiro capítulo discutem-se os dados à luz dos fundamentos teóricos e legais, os quais foram categorizados e organizados segundo Bogdan e Biklen (1994).

## II - INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ELUCIDAÇÕES CONCEITUAIS; LEGAIS E PEDAGÓGICAS

O termo deficiência descrito pelo Novo Dicionário Aurélio (1986) de língua portuguesa, significa falta, falha ou carência. Mas, de acordo com as Normas da ABNT o conceito de deficiência é descrito de forma mais ampla e refere-se à redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em carácter temporário ou permanente. A Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência (2009), em seu preâmbulo, reconhece que deficiência é um conceito em evolução e que esta resulta da “interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Para Carvalho (2010, p. 40),

As comparações entre o “eu” e o “outro” (quando deficiente) ocorrem numa dimensão de alteridade comprometida pelo modelo clínico ou pelo modelo matemático que, segundo a teoria dos conjuntos, organiza e separa os grupos em função de suas características diferenciadas.

Antes de qualificar uma pessoa com deficiência é importante ter cuidado com a escolha de termos ou expressões a serem utilizados, pois os conceitos podem ter interpretações diferenciadas. Sasaki (2003), citado por VALDÉS (s/d, p.30) fez uma análise histórica dos termos utilizados no Brasil para qualificar as pessoas com deficiência, que resultou no seguinte levantamento:

1. durante séculos as pessoas com deficiência foram chamadas de “inválidas” que se referia a um “indivíduo sem valor”;
2. no século XX até aproximadamente a década de 1960 os termos foram “incapacitados” e “incapazes” para nomear os “ indivíduos sem capacidade” que posteriormente significou “indivíduos com capacidade residual”;
3. no período aproximado de 1960 a 1980 os termos mais utilizados foram “os defeituosos”, “os deficientes” e “os excepcionais” para designar respectivamente os : “indivíduos com deformidade”, “indivíduos com deficiência” e “ indivíduos com deficiência mental”;
4. de 1981 até por volta de 1987 o termo usado foi “pessoas deficientes” por influência da ONU que nomeou o ano de 1981 como o “ Ano Internacional das Pessoas Deficientes”;

5. de 1988 a meados de 1993 o termo utilizado foi “pessoa portadora de deficiência” em oposição a “pessoa deficiente” que indicava que a pessoa toda era deficiente, com o novo termo a deficiência passou a identificar uma parte, uma característica da pessoa e não ela toda, o termo portadora de deficiência foi utilizado pelas Constituições federal e estaduais, e por praticamente todas as leis e políticas publicadas neste período;

6. concomitante ao período anterior, ou seja, de 1990 até hoje usam-se os termos “pessoas com necessidades especiais” e “pessoas com deficiência”, cada um com significado próprio, necessidades especiais tanto poderia se referir a pessoas com deficiência ou não, e o termo “pessoas com deficiência” surgiu da reflexão de que deficiências não se portam, não são carregadas como objetos de um lado para outro, elas são vivenciadas.

Essa modificação nos termos utilizados para se referir à pessoa com deficiência elencado pelo autor, nos faz refletir sobre o processo de “amadurecimento” do pensamento humano em diversos segmentos, e que este “amadurecimento” é refletido durante o processo de evolução da sociedade, no que diz respeito à inclusão social e escolar de pessoas com deficiência. A sociedade começa a enxergar o outro como semelhante diante das suas limitações e garante condições de acesso à todos sem exceção aos diferentes âmbitos da sociedade, inclusive o educacional.

CARVALHO (2010, p.48) cita que:

Talvez uma das possibilidades de reverter, definitivamente, os processos excludentes seja a de ressignificar de fato, e em nós, a ideia que temos da nossa própria “normalidade” e, dentre seus corolários, o que nos leva a supor que, por sermos “normais”, somos seres completos, já que não nos faltam os sentidos, a inteligência, a capacidade motora, locomotora... agora e para sempre.

Quanto ao conceito de deficiência física (DF), entende-se de acordo com o Decreto 5.296, de 02 de Dezembro de 2004, Cap. II, Art. 5º, inciso I, como sendo caracterizada por alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

No Brasil, os documentos que se referem à pessoa com deficiência descrevem esta como “pessoa portadora de deficiência”, como pode ser encontrado na Legislação Federal de Acessibilidade que, de acordo com o Decreto 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, Cap. II, Art.

5º, inciso I, pessoa portadora de deficiência é a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho.

CARVALHO (2010, p.39) diz que “pensar em diferença ou no diferente, é pensar na dessemelhança, na desigualdade, na diversidade [...]”. Na linha de pensamento desta autora podemos refletir que nos últimos anos, mais precisamente a partir do século XX, a pessoa com deficiência passou a ser reconhecida na sua diferença, não sendo mais caracterizada como “indivíduos incapazes” ou “defeituosos”. A partir daí, diversos documentos foram surgindo para garantir os direitos da pessoa com deficiência pensando-se em prol da inclusão. O primeiro deles foi ao a Declaração dos Direitos Humanos, adotado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), proclamado no dia 10 de dezembro de 1948 que em seu artigo primeiro defende que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]” A pessoa com deficiência passava a ser enxergada em igualdade de direitos, assegurados por Lei, todavia, as condições de acessibilidade para o exercício da cidadania das pessoas com deficiência devem ser garantidas por meio de eliminação das barreiras arquitetônicas e outras que impossibilitem seu acesso aos bens sociais e aos diferentes segmentos.

Por este motivo, a sociedade começava a ter exigência de se adequar para se tornar uma sociedade inclusiva, conforme Sasaki (2001) ao descrever que: uma “sociedade inclusiva é aquela em que se adapta para melhor atender aos membros da sociedade em diferentes segmentos sociais, sendo desta forma uma adaptação mútua dos sujeitos e da sociedade”. Sendo assim, as condições de acesso aos diferentes espaços físicos da sociedade; sendo adaptações arquitetônicas necessárias, são subjugadas às normas técnicas e de responsabilidade de órgãos públicos e privados que atendam todos os indivíduos.

No Brasil, a Constituição Federal, promulgada em 1988, assegura a todos sem distinção o direito de igualdade de condições. Em seu Cap. I, Art. 5º determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Além desses direitos, a Constituição Federal de 1988, Art. 205 estabelece a educação como sendo “*direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*” O inciso I do Art. 206 da Constituição Federal de 1988, determina igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; já o inciso III do Art. 208, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Dessa forma, fica determinado por lei o direito a

educação, preferencial na rede regular de ensino da pessoa com deficiência garantindo as condições para o acesso e a permanência desse alunado na Educação Básica.

Segundo Taylor, (1992) citado por STAINBACK e STAINBACK (1999, p.48):

**INCLUIR OS ALUNOS** com deficiências importantes nas turmas de educação regular eleva a consciência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade: seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos internos, seus relacionamentos com o ambiente externo e sua história.

A partir dos anos de 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem-Tailândia (1990) e com a Declaração de Salamanca (Espanha) 1994, que trata dos Princípios, Política e Prática em Educação Especial, a inclusão escolar de pessoas com deficiência começou a ser refletida com mais propriedade. A Declaração de Salamanca, proposta na Espanha, em 1994, estabeleceu a educação inclusiva para todos, dando destaque ao atendimento especializado às pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo, assim, a integração das pessoas com deficiência no processo educativo. Um novo olhar se voltava para as pessoas com deficiência e suas Necessidades Educativas Especiais passavam a ser entendidas e atendidas.

A Ação sobre as Necessidades Educativas Especiais, presente na Declaração de Salamanca, foi baseada nas normas das Nações Unidas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência A/RES/48/96. Essa Ação tem como princípio orientador afirmar que as escolas devem se adaptar a todas as crianças sem distinção, atendo-as conforme suas necessidades. De acordo com a Declaração de Salamanca, todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação, tendo os pais, o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Stainback e Stainback (1999, p. 50) enfatizam que “A inclusão como uma força potencial para renovação da escola frequentemente encontra obstáculos”. Esses obstáculos citados pelos autores são bastante presentes durante o processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular e são refletidos no Ensino Superior, pois poucos são os alunos com deficiência que ingressam nessa modalidade de ensino.

A garantia do acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino está assegurada pela adoção de medidas de apoio específicas, que tem por finalidade promover condições de acessibilidade necessárias, à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência, em ambientes que beneficiem o seu desenvolvimento acadêmico

e social. Conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 4/2009 que designa Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Art. 3º, o qual determina que a educação especial se realize em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo esse atendimento como parte integrante do processo educacional.

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), fundamentado nos princípios e diretrizes presentes na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) propõe ações que asseguram o direito da pessoa com deficiência na educação superior, sendo voltado, exclusivamente, para as instituições de ensino superior pública federal. O Programa Incluir trata-se de uma ação afirmativa de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, que tem por objetivo básico garantir o cumprimento do Decreto 5.296/2004, por meio do financiamento de projetos que visam à promoção de uma educação de qualidade. A ideia é fomentar a implantação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, com a finalidade de organizar ações institucionais para garantir a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

## **2.1 Adaptações curriculares**

A inclusão escolar é um processo que exige diversas modificações no ambiente educacional, não se tratando apenas de inserir os alunos com deficiência nas salas de aula regulares, mas sim de proporcionar meios de acesso a esse aluno aos diferentes ambientes da escola, além de garantir um bom ensino ao mesmo por meio de adaptações compatíveis com a sua necessidade.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.11):

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 reafirma que é assegurada a educação da pessoa com NEE, e esta deve ser enquadrada no sistema geral de educação, garantindo também tratamento especial para os alunos que apresentem deficiência, bem como para aqueles que estão em atraso quanto à idade na série matriculada e aos superdotados. A LDBEN assegura aos alunos com deficiência o seu acesso e permanência a escola de ensino regular, mas sem especificar as orientações de como realizar esse atendimento. Em seu Art. 3º a LDBEN afirma que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Dentre muitas dificuldades identificadas como significativas no processo de aprendizagem dos alunos com NEE, destacam-se as barreiras enfrentadas pelos alunos, por sua família e pelos seus professores, sobretudo, no que se refere às vezes à matrícula e permanência do aluno na escola. Essa problemática também pode ser encontrada no âmbito do ensino superior. Para CARVALHO (2010, p.121): “Barreiras precisam e podem ser removidas, o que vai conferir à proposta da educação inclusiva sua verdadeira dimensão de qualidade”, principalmente se a instituição de ensino se comprometer em ressignificar o seu cotidiano, suas práticas e seus princípios pedagógicos que possam reconhecer a diversidade como condição humana.

Muitas vezes fica mais fácil atribuir a responsabilidade pela não remoção das barreiras de aprendizagem dos alunos com NEE a “outros”, sendo, muitas vezes, estes os próprios alunos culpados pela sua dificuldade de aprendizagem ou os familiares por não apresentarem interesse pelo aprendizado dos seus filhos ou ainda é atribuído ao sistema educacional à culpa. Dificilmente os professores reconhecem que podem ser os culpados pela dificuldade de aprendizagem dos alunos com NEE e argumentam que não foram preparados para isso em seus cursos de formação, como afirma CARVALHO (2010, p. 122):

O que ocorre, em primeiro lugar, é a necessidade de os próprios professores localizarem, nos alunos, a origem das dificuldades de aprendizagem que manifestam na escola. De certo modo, torna-se mais cômodo admitir que são os “culpados”, eximindo-se de maiores responsabilidades todos aqueles que participam de seu desenvolvimento e aprendizagem. As famílias também são culpabilizadas, porque ausentes, desestruturadas, iletradas ou, simplesmente, porque, conforme dizem, não querem ajudar, entendendo que a aprendizagem de seus filhos é tarefa da escola.

Carvalho (2010, p.120) ressalta a “importância de identificarmos as necessidades educacionais de nossos alunos, entendendo-as como barreiras intrínsecas para a sua aprendizagem e participação”. Da mesma forma que a autora descreve a negligência dos professores no ensino de alunos com NEE, ela também identifica o motivo para tal comportamento, fazendo uma ressalva de que a formação recebida pelos professores é insuficiente para o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2010, p.123), chegando a uma conclusão que:

[...] o sistema educacional também cria barreiras [...] professores precisam trabalhar em mais de uma escola, devido aos baixos salários que recebem. As condições em que ensinam, também, não são das mais favoráveis o que os leva a se sentirem cansados e desmotivados. Para que a educação inclusiva se concretize, na plenitude de sua proposta, é indispensável que sejam identificadas e removidas barreiras conceituais, atitudinais e político-administrativas, cujas origens são múltiplas e complexas.

Em 1998, a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial, em ação conjunta, produziram um material didático-pedagógico com adaptações-curriculares, PCN em ação, compondo os Parâmetros Curriculares Nacionais, viabilizando o acesso a aprendizagem, a todos os alunos sem distinção, levando em consideração as necessidades diferenciadas que possam apresentar.

De acordo com os PCN em ação (1998):

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável.

Os PCN em ação (1998) enfatizam a concepção de muitos autores referente à mudança no ambiente escolar no que diz respeito à promoção da inclusão nesse ambiente, caracterizando-a como sendo difícil de efetuar, por implicar novos desafios. Mas, por outro lado, deixa claro que esses desafios devem ser enfrentados, a fim de proporcionar uma educação de boa qualidade a todos, irrestritamente.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos:

- crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;

- crianças com deficiência e bem dotadas;
- crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas;
- crianças de populações distantes ou nômades;
- crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Todas as diferentes necessidades educacionais apresentadas pelos alunos, conforme os Parâmetros Curriculares (PCN) devem ser atendidas de modo geral, respeitando a atenção à diversidade e mantendo a ação pedagógica “normal”, a fim de favorecer a integração dos alunos. Aos alunos que não conseguem atingir os objetivos, conteúdos e componentes propostos pelo currículo regular, os PCN em ação propõe que seja feita uma diversificação curricular, na qual irá indicar conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático, levando em consideração as suas características individuais.

Considerando estes princípios, acredita-se também que eles são importantes no processo educativo no ensino superior, pois sem as adaptações necessárias aos alunos com necessidades educacionais especiais, eles podem muitas vezes abandonar a universidade e não concluir sua formação universitária. Por este motivo, é importante compreender como estão sendo desenvolvidas as adaptações necessárias para os alunos com deficiência física no CCA/UFPB. Vale ainda ressaltar que há pouca produção acadêmica nesta área, principalmente, porque ainda é raro o ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), “*Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção*”. Partindo dessa ideia, diversas leis, normas e documentos foram criados com a finalidade de garantir e orientar o desenvolvimento da acessibilidade nos diferentes ambientes, social e educacional. Conforme o Decreto 10.048 de 08 de Novembro de 2000, que determina “[...] *os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação [...] destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência*”, (Art. 4º).

Sasaki (2009) descreve o acesso como sendo inserido em uma estrutura didática formada por seis dimensões da acessibilidade, sendo a primeira delas arquitetônica, para garantir a acessibilidade se faz necessário à eliminação das barreiras físicas. Segundo o autor,

“[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do **desenho universal**, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência” (Sasaki, 2009, p.2).

A Constituição Federal de 1988, Art. 227, determina que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade [...] à educação”, sendo que a lei “disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (Art. 227, § 2º).

As diferenças não são obstáculos para o exercício de uma educação de qualidade, e o reconhecimento da diversidade é fundamental para a inclusão de práticas educativas e sociais. A Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, Art. 2º, inciso II, define barreira como sendo “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. A eliminação desses obstáculos, sendo classificados como barreiras arquitetônicas urbanísticas, segundo a lei, assegura a acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais no ambiente escolar.

Conforme o Decreto 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, “Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários” (Art. 24).

No que tange as Instituições de Ensino Superior, a Portaria MEC nº 3.284, de 07 de Novembro de 2003 estabelece que essas instituições, ao pleitearem autorização, reconhecimento, credenciamento ou renovação ao Ministério da Educação para fins de avaliação de seus cursos, estão sujeitas a comprovarem o atendimento aos requisitos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática para alunos com deficiência.

O Decreto 3.298 de 21 de Dezembro de 1999, Art. 24, § 5º determina que “Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT relativas à acessibilidade”.

Em bibliotecas escolares, a construção ou reforma da mesma para proporcionar acessibilidade arquitetônica, deverá seguir as orientações métricas estabelecidas no item 8.7 “Biblioteca e centros de leitura” da norma NBR 9050:2005, da ABNT, que determina:

1. Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis, conforme 9.5 e figura 157.

2. Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.
3. A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura 158. Nos corredores entre as estantes, a cada 15m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°, conforme 4.3.
4. A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7.

Além das bibliotecas, outros ambientes na construção ou reforma, também deverão seguir as orientações métricas estabelecidas pela norma NBR 9050:2005, da ABNT, para propiciar acessibilidade arquitetônica. É de fundamental importância propiciar aos alunos com DF, acessibilidade adequada para que os mesmos possam realizar suas atividades com autonomia a partir da eliminação das barreiras físicas que os impedem.

### III - METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no município de Areia-PB, no Centro de Ciências Agrárias da UFPB, sendo escolhido por ser a única Instituição de Ensino Superior (IES) da cidade e que atualmente tem dois estudantes com deficiência física matriculados regularmente. Constitui-se de um estudo de cunho qualitativo e descritivo.

De acordo com Bogdan e Biklen (1982, apud Ludke e André, 1986, p. 13) a pesquisa qualitativa:

[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com situação estudada, enfatizada mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 48),

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias [...]

A pesquisa foi de campo, com a utilização de questionários semiestruturados direcionados aos alunos com DF, professores de graduação e pós-graduação que atendem os alunos com DF, chefias departamentais vinculadas diretamente no atendimento a estes alunos com DF e a um coordenador de curso, no qual tem matriculado uma aluna com DF. Também se utilizou da observação e registro fotográfico para o estudo da estrutura física da Universidade. Antes da coleta de todos os dados, foi solicitada autorização aos alunos com DF para a publicação dos dados e ao diretor de centro para a aplicabilidade do projeto.

Ao desenvolver essa pesquisa, foi feito no primeiro momento um levantamento bibliográfico sobre alguns conceitos e concepções segundo especialistas na área de inclusão, a fim de definir os objetivos da pesquisa, as técnicas e os instrumentos de pesquisa.

No segundo momento, foi iniciada a pesquisa de campo, com o intuito de recolher informações referentes aos obstáculos enfrentados pelos alunos com DF na Universidade, bem como às adaptações compatíveis e necessárias para o melhor atendimento às necessidades especiais dos alunos com DF no Ensino Superior.

A coleta de dados foi feita a partir da aplicação de questionários para dois estudantes com DF matriculados regularmente na Universidade, sete professores de graduação e pós-

graduação, um coordenador de curso e duas chefias departamentais. Os participantes foram identificados por letras, por questões éticas, sendo os alunos identificados por A1 e A2; os professores de graduação e pós-graduação por P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7; o coordenador de curso por C1; e as chefias departamentais por CD1 e CD2.

Os participantes da pesquisa receberam os questionários na Universidade, sendo a maioria deles respondidos na mesma, em um prazo de oito dias a pesquisadora retornava às salas dos entrevistados recolhendo os questionários. A maioria dos questionários foi respondida dentro do prazo determinado.

A análise dos dados se deu segundo as ideias de Bogdan e Biklen (1994), sendo organizados os mesmos em categorias de análises e interpretados à luz dos teóricos da área de estudo e de documentos oficiais. Considerando as ideias de Bogdan e Biklen (1994) tem-se as seguintes categorias: espaço físico; concepção sobre inclusão no ensino superior dos profissionais da educação participantes da pesquisa; diversidade em sala de aula; formação docente; adaptação curricular; relações interpessoais e desempenho do aluno.

## **IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Antes de apresentarmos, especificamente, os dados coletados durante a pesquisa, é necessário compreendermos como está constituído o campus II da UFPB, em Areia.

### **4.1 - Análise: Espaço Físico**

A Universidade Federal da Paraíba, UFPB, é uma instituição pública de ensino superior que está vinculada ao Ministério da Educação, e tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. A origem da UFPB remontam a fundação da primeira escola de nível superior a Escola de Agronomia do Nordeste na cidade de Areia-EAN em 1934. Sua criação data de 1955, como Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual nº 1.366, de 02.12.55. Posteriormente, tornando-se federal, aprovada e promulgada pela Lei nº 3.835, de 13.12.60, a Universidade da Paraíba foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando estruturas universitárias então existentes na cidade de João Pessoa e Campina Grande (UFPB).

O Centro de Ciências Agrárias da UFPB originou-se da antiga Escola de Agronomia da Parahyba, posteriormente denominada Escola de Agronomia do Nordeste (EAN). A Escola de Agronomia da Parahyba foi criada pelo Decreto Estadual nº 478, de 12 de janeiro de 1934, em regime de acordo entre os Governos Estadual e Federal, sendo referendada pelo Decreto Estadual nº 696 de 02 de abril de 1936 que lhe deu o regulamento.

A Escola de Agronomia (EAN) foi inaugurada em 15 de abril de 1936, iniciando suas atividades com o Curso Médio, depois modificado para Curso Agrotécnico e Curso Colegial Agrícola, sendo extinto em 1971. Um ano depois, houve o primeiro vestibular para o Curso de Agronomia, sendo este reconhecido em 06 de março de 1940 pelo Decreto Federal nº 5.347. Nesse mesmo ano, a EAN ao ser federalizada foi desligada do Governo da Paraíba.

A integração à UFPB só ocorreu em 16 de maio de 1968, por força do Decreto Presidencial nº 62.715, e em 1974 pelo Decreto nº 73.701, a antiga EAN dividiu-se em 02 Departamentos: o Agro-Biológico e o Agro-Zootécnico integrando o Centro de Ciências e Tecnologia da UFPB sediado em Campina Grande. Em 1976, foi instalado na Escola o Curso de Zootecnia e em 1978 a antiga EAN passou a ser Centro de Ciências Agrárias (CCA), agora

com 4 Departamentos: Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural e Ciências Fundamentais e Sociais, tendo sua primeira Diretoria no mesmo ano.

Atualmente, o Centro de Ciências Agrárias oferece sete cursos: Agronomia, Zootecnia, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Licenciatura e Bacharelado em Química, instalados respectivamente no Campus. Com o passar dos anos, diversas modificações foram feitas no Campus, entre elas estão às construções e reformas dos prédios. Mas, muitos dos espaços físicos do CCA, ainda são prédios que conservam sua arquitetura antiga, que nos últimos anos estão sendo adaptados para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência física que estudam e visitam o Campus. Também há a construção de novos prédios, estes tendo a obrigação imposta por lei de oferecer acessibilidade adequada para que as pessoas com deficiência física tenha o seu acesso garantido nos diferentes espaços físicos da Universidade.

O CCA tem em sua grande maioria ruas com calçamento de paralelepípedo, na imagem 1, pode-se observar a entrada principal do campus. Apenas o acesso ao Prédio da Mata é composto por uma ladeira asfaltada, esta em estado bastante deteriorado, como pode-se identificar na imagem 2.



**Imagem 1:** Entrada principal do CCA/UFPB  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 2:** Entrada/ladeira do Prédio da Mata  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

Devido às muitas ladeiras existentes no CCA calçadas com paralelepípedo, o acesso dos alunos com DF fica bastante comprometido, pois dificulta a mobilidade desses alunos com cadeiras de rodas. O único acesso asfaltado da Instituição, atualmente encontra-se bastante desgastado, sendo bastante declivo o que também afeta o deslocamento dos alunos com DF, sendo este tendo que ser realizado exclusivamente por automóvel.

O Prédio da Mata, que pode ser observado na imagem 3, apresenta duas centrais de aulas, sendo uma mais antiga, (imagem 4), que recentemente passou por reformas na sua estrutura, oferecendo conforto e acessibilidade aos alunos e professores que frequentam essa área, e uma construída há pouco tempo, como pode ser visualizada na imagem 5. As duas centrais de aulas, tem um piso plano e com rampas de acesso, porém a construção mais recente tem rampas íngremes, (imagem 6), o que dificulta o acesso independente dos alunos com deficiência física. Muitas das reformas realizadas no Campus fogem do padrão de construção de espaços com acessibilidades determinado por lei (ABNT; 2006). Conforme determinado na Legislação Federal de Acessibilidade, Cap. IV, parágrafo único:

Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e ao estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei;

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.



**Imagem 3:** Visualização geral do Prédio da Mata

**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 4:** Entradas da central de aulas (prédio mais antigo) **Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 5:** Entrada da central de aulas (prédio novo)  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 6:** Rampas de acesso interno do prédio novo  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

Além das centrais de aulas, no Prédio da Mata também há salas departamentais e de professores, as quais os alunos frequentam quando necessário. Nesse ambiente também houve modificações no piso e construção de rampas de acesso, para facilitar o acesso dos alunos com DF, como podemos ver na imagem 7 abaixo:



**Imagem 7:** Prédio das salas departamentais e de professores **Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

Ainda no prédio da mata, encontra-se o Hospital Veterinário, que logo na entrada encontram-se rampas de acesso, podendo ser observado na imagem 8, e em seu interior o piso é plano. Nele, a aluna com deficiência física matriculada regularmente no Curso de Veterinária assiste aulas no laboratório e participa de aulas práticas. Próximo ao hospital veterinário, encontra-se o prédio no qual funciona as salas dos professores do Departamento de Ciências Veterinária, este não apresenta acessibilidade, assim mostra a imagem 9. Mesmo o prédio sendo novo, não apresenta acessibilidade, o que muito se estranha, pois para que o mesmo pudesse ser autorizado a ser utilizado, deveria ter atendido as normas da ABTN, quanto à acessibilidade, ou seja, o mesmo foi construído e inaugurado sem as devidas adaptações.



**Imagem 8:** Hospital veterinário  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 9:** Prédio com salas de professores  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

Outro espaço do CCA/UFPB que funciona como central de aulas é o Prédio de Solos, imagem 10, este também sendo frequentado por um dos alunos com deficiência física. O Prédio de Solos passou por diversas reformas para garantir o acesso do aluno a esse ambiente, desde a construção de rampas de acesso interno, imagens 11 e 12, à construção de banheiros adaptados, feminino, imagem 13 e masculino, imagem 14.



**Imagem 10:** Prédio de Solos e Engenharia Rural **Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 11:** Rampa externa de acesso do Prédio de Solos e Engenharia Rural **Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 12:** Rampa interna de acesso do Prédio de Solos e Engenharia Rural  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 13:** Banheiro feminino do prédio de Solos e Engenharia Rural  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 14:** Banheiro masculino do Prédio de Solos e Engenharia Rural  
**Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

As adaptações realizadas no Prédio de Solos melhoraram a qualidade de acesso do aluno com DF que frequenta este ambiente, pois estas estando de acordo com a sua necessidade facilitaram a realização de suas atividades com autonomia.

A reprografia visitada por todos (professores e alunos), é o local onde os professores deixam apostilas para os alunos xerocar, e estes por sua vez, além de xerocar as apostilas, também imprimem os trabalhos acadêmicos nesse local. A reprografia não apresenta nenhuma rampa de acesso que permita a entrada dos alunos com DF nesse ambiente, como podemos ver na imagem 15:



**Imagem 15:** Reprografia **Fonte:** Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

O Centro de Ciências Agrárias da UFPB disponibiliza alojamento e refeição para cerca de 50% dos seus estudantes. As refeições são realizadas no restaurante universitário (RU), imagem 16. Este é um prédio novo, mas a sua estrutura não apresenta adaptação adequada para estudantes com deficiência física. A aluna com deficiência física, que frequenta o RU, sempre tem que entrar pela porta de saída, pois a entrada principal é composta por barras de ferro que dividem os espaços e organizam a fila de acesso ao RU, por este motivo a aluna com deficiência física não tem acesso à entrada principal, o que é uma grave falha por ela estar sendo excluída da entrada principal. Mas, ainda sim o acesso da aluna é garantido ao prédio, mesmo que pela porta de saída.



**Imagem 16:** Restaurante universitário (RU) **Fonte:**  
Acervo pessoal. Areia-PB, 2013

Entre todos os alojamentos disponíveis no CCA, apenas o alojamento novo feminino, construído no período de 2011 à 2012 imagem 17, apresenta adaptações em sua estrutura. Nele, a aluna com deficiência física mora e tem o seu próprio quarto adaptado e único. Na imagem 18, podemos visualizar o interior do alojamento.



**Imagem 17:** Alojamento novo feminino **Fonte:**  
Acervo pessoal. Areia-PB, 2013



**Imagem 18:** Parte interna do alojamento feminino  
**Fonte:** Acervo pessoal.  
Areia-PB, 2013

Como podemos observar nas fotos apresentadas, a acessibilidade aos alunos com deficiência física não é total, uma vez que o próprio campus apresenta dificuldades naturais, com ruas íngremes e péssima cobertura de asfalto, no qual dificulta a mobilidade dos alunos com deficiência física. Mas, o que mais chama atenção quanto à acessibilidade é que muitos dos prédios novos, já foram construídos com problemas de acessibilidade, como podemos visualizar na imagem nº 5 e 6, na qual os alunos com deficiência física têm pouco espaço para mobilidade de acesso às salas de aula, pois a calçada de acesso é estreita e a rampa é muito íngreme para que eles possam ter mobilidade sozinhos.

#### **4.2 – Análise dos dados oriundos dos questionários: compreendendo como os alunos são atendidos em suas necessidades**

O atendimento especializado e adequado às necessidades especiais dos alunos com deficiência, quando proporcionado, reflete claramente no desenvolvimento desses alunos, nas suas relações interpessoais e no processo de aprendizagem. De acordo com Stainback e Stainback (1999, p.48):

A arte de facilitar a adesão à inclusão envolve o trabalho criativo com este estado de elevação da consciência, redirecionando a energia estreitamente relacionada ao medo para resolução de problemas que promova a reconsideração dos limites, dos relacionamentos, das estruturas e dos benefícios.

Conforme os autores destacam, a promoção da inclusão no ambiente escolar requer esforço e disposição de todos que compõem esse ambiente, para que juntos possam sanar os problemas que limitem o desenvolvimento do aluno com deficiência.

Ao serem questionados sobre se gostam da Universidade, os dois alunos com DF responderam que sim, considerando ser um ambiente no qual gostariam de estar e poder concluir uma formação profissional, como podemos observar nas respostas abaixo:

Porque sempre quis estar na Universidade e desde o início fui muito bem recepcionada. (A1)

Porque nela consigo traçar e realizar meus objetivos. (A2)

Os alunos com DF matriculados regularmente no CCA/UFPB reconhecem a Instituição como sendo um local propício para o seu crescimento profissional, sendo destacada pelo aluno A1 sua vontade de estudar no Campus.

O Campus de Ciências Agrárias, por ser uma Instituição antiga compreende em sua grande maioria prédios com arquitetura antiga e sem acessibilidade, sendo composto por diversos departamentos distantes entre si e o acesso em sua maioria se dá por meio de ladeiras calçadas. Ao serem questionados sobre as dificuldades enfrentadas quando ingressaram na Universidade, os dois alunos com DF foram enfáticos e responderam que sua maior dificuldade no início foi à falta de acessibilidade, como nos mostra as falas abaixo:

A maior de todas foi o deslocamento para as salas de aula, já que tem muitas ladeiras inclinadas e o calçamento é irregular, além das adaptações dos prédios, do tipo com rampas adequadas e banheiros adaptados. (A1)

Acessibilidade. (A2)

Em seguida, os alunos com DF questionados sobre se hoje enfrentam as mesmas dificuldades do início, responderam que não. Os dois alunos disseram que muitas das suas dificuldades foram sanadas, porém ainda faltam adaptações a serem realizadas, como observamos nas respostas a seguir:

A questão do deslocamento foi solucionada com a disponibilização e um carro para me levar às aulas, porém ainda há muitas adaptações a serem feitas. (A1)

Porque a direção do CCA (Prof. Djail Santos) solucionou uma grande parcela das minhas dificuldades, principalmente, no Prédio de Solos, onde desenvolvo minhas atividades. (A2)

Promover a acessibilidade no ambiente escolar, não está apenas voltado para a construção de rampas, mas sim, em oferecer ao aluno com DF um ambiente acessível ao

pleno exercício de sua cidadania. Observamos que na fala de A2, a direção do campus está preocupada com a condução dos direitos aos alunos à acessibilidade, o que nos permite afirmar que é também uma materialização da responsabilidade da UFPB sob o aspecto de garantir melhores condições aos alunos com deficiência.

Ainda sendo questionados a respeito do atendimento que recebem no CCA, os dois alunos com DF responderam que recebem muito apoio das pessoas e elencaram alguns desses apoios recebidos, como podemos conferir, nas falas abaixo:

Deslocamento do alojamento para o R.U., para a biblioteca, etc. Ajuda nas aulas práticas, por que eu não perco nenhum momento delas. (A1)

Adaptação da sala; Adaptação do banheiro; Indicação de um rapaz responsável por me ajudar a entrar/sair do carro, e pela condução da cadeira de rodas até a sala e vice-versa. (A2)

Fica claro nas falas dos alunos acima a importância da ajuda de todos, desde direção a funcionários e alunos, para que eles possam desenvolver suas atividades acadêmica e social dentro da Universidade. É o que Stainback e Stainback (1999) ressaltam sobre a importância de se criar uma rede de cooperação nas instituições educacionais para facilitar os aspectos didático-pedagógicos.

### **4.3 Concepções sobre inclusão no ensino superior**

A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior como já exposto anteriormente, está vinculada às mudanças no ambiente escolar por meio de adaptações, que garantam o direito desses alunos a uma boa educação nas instituições de ensino. Reconhecer a diversidade e o direito de igualdade, partindo do princípio da aceitação das diferenças, caracteriza uma sociedade inclusiva.

Com base nisso, observamos que a maioria dos profissionais da educação questionados, coordenador, chefes departamentais e professores entende que a inclusão no ensino superior, está relacionada à promoção do acesso adequado aos alunos, como pode ser observado nas falas abaixo:

Para mim é permitir o acesso a Universidade de pessoas que em algum momento foram menos privilegiadas devido a questões sociais, econômicas ou até físicas. (C1/P7)

O acesso ao ensino superior é independente da condição física. (CD1)

É oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos. (CD2)

Possibilitar o acesso ao ensino superior para indivíduos com qualquer necessidade especial ou de alguma minoria social ou étnica. (P1)

Meios e ações para adequar alunos deficientes no ensino superior. (P2)

Possibilitar o acesso a educação aos portadores de deficiência, possibilitando a mesma qualidade oferecida aos demais estudantes. (P3)

Permitir que todos tenham iguais condições de entrar e estudar e em uma Universidade, sendo respeitar sua condição física, socioeconômica, racial, etc. (P4)

Introduzir ou inserir pessoas com problemas motores, auditivos, visuais ou intelectuais na formação profissional. (P5)

Entendo que é a entrada de pessoas com “menos probabilidade” de cursar o ensino superior e isto INCLUI não só os portadores de necessidades especiais como os com menos oportunidades. (P6)

As concepções apresentadas pelos participantes da pesquisa coadunam com o que se espera sobre inclusão escolar e social (STAINBACK & STAINBACK, 1999, SASSAKI; 2001, CARVALHO, 2010). Quanto à aceitação da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, todos os profissionais da educação questionados, responderam estar em acordo com a inclusão desses alunos, ressaltando a importância e o direito deles a uma formação profissional, o que, em nossa análise não poderia ser diferente, uma vez que isso é garantido pelas leis nacionais e documentos internacionais que o Brasil é signatário (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA; 1994, DECLARAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS; 1990, e outros). Assim eles se expressam:

Por que os deficientes tem a mesma capacidade de formação profissional, além do direito de ter uma profissão que atenda suas expectativas. (C1/P7)

A deficiência não pode ser considerada em fator excludente. (CD1)

Todos nós somos iguais perante a DEUS e a Constituição Federal, portanto, cabe a nós buscarmos meios para que haja condições de incluirmos os excluídos perante a sociedade. (CD2)

O direito de igualdade é destacado na Legislação Brasileira e por Resoluções na UFPB. (P1)

Porque os deficientes têm os mesmo direitos ao ensino superior que os alunos que não possuem deficiências. (P2)

Porque eles têm a mesma capacidade intelectual que os que não apresentam a deficiência. (P3)

Entendo que a Universidade deva ser para todos. (P4)

São pessoas que são regidas pelos mesmos direitos que qualquer outro ser humano. (P5)

Todos têm direito à educação pública, gratuita e de boa qualidade. (P6)

Do ponto de vista dos alunos com deficiência entrevistados, em relação a sua aceitação na Universidade, os dois responderam terem sido bem recebido por todos no Campus, como podemos conferir em suas falas:

As pessoas me acolheram bem e não percebi nenhum tipo de olhar preconceituoso. (A1)

Fui bem recepcionado com muita atenção. (A2)

O acolhimento por parte de todos que compõem o CCA/UFPB, foi de extrema importância para os alunos com DF continuarem seus estudos no Campus, não tendo que romper uma etapa de sua vida por não se sentirem aceitos na Universidade.

De fato, ações preconceituosas e de exclusão, ainda podem ser observadas em diversos ambientes, seja social ou educacional. Quando questionados sobre se em algum momento vivenciaram uma situação de exclusão na Universidade, apenas um dos alunos com DF respondeu que sim, não sendo atendida as suas solicitações de condição especial em um concurso público promovido pelo Campus, como podemos observar na fala abaixo:

Em um concurso público, quando minhas solicitações de condição especial (rampa de acesso à sala, banheiro acessível, etc.) não foram atendidas. (A2)

O não atendimento a solicitação de condição especial do aluno com DF, a nosso ver é uma falta grave, pois limita o acesso desse aluno ao ambiente no qual será realizado a prova, no momento em que não disponibiliza acessibilidade adequada para o mesmo, além de infringir o determinado pela Lei 10.048 de 08 de novembro de 2000, que determina (Art.1º) *prioridade de atendimento as pessoas portadoras de deficiência física [...] e estabelece [...] normas de construção para os edifícios públicos, para efeito de licenciamento da respectiva edificação [...], destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência* (Art.4º). Sendo sobre pena de multa o não cumprimento disposto nessa Lei (Art.6º).

Foi questionado ao aluno se a Universidade tomou conhecimento da situação e como ela se posicionou diante do ocorrido. O aluno A2, respondeu que o departamento responsável tomou as devidas providências só depois de reclamação e nova solicitação de condição especial, como mostra a sua fala abaixo:

O departamento responsável pela organização do concurso só solucionou essa situação, após reclamação e nova solicitação feita em minutos antes da realização da prova. (A2)

Respeitar e atender as necessidades especiais de alunos com deficiência é um direito garantido a eles e assegurado por Lei, não realizá-las reflete uma situação de exclusão, quando este aluno deve ser tratado igual a todos diante da sua diferença.

#### **4.4 A diversidade em sala de aula: aluno com deficiência**

Poucas ainda são as pessoas que conseguem qualificar de forma correta a pessoa com deficiência, pois por muito tempo estas foram consideradas aberrações, anormais, incapazes, defeituosos, enfim. Mas, com o passar dos anos essa visão das pessoas com deficiência foi se modificando e qualificações corretas e específicas para cada deficiência ficaram estabelecidas em documentos legais. Por este motivo, entendeu-se ser interessante compreender como os participantes da pesquisa caracterizavam a deficiência física (DF).

##### **4.4.1 O que é deficiência física?**

Ao ser questionado sobre o conceito de deficiência física, a maioria dos participantes define DF, com sendo alguma alteração física do indivíduo que interfere na realização de suas atividades cotidianas. Conforme as respostas abaixo:

Para mim deficiência física é ter alguma alteração sensorial ou motora que prejudique determinada função orgânica, mas não impeça outras. (C1/P1)

Limitações físicas. (CD1)

É o nome dado a característica dos problemas que ocorram no cérebro ou no sistema locomotor, e unam a um mau funcionamento dos membros inferiores e/ou superiores. (CD2)

Qualquer anormalidade física que fuja da normalidade da população. (P1)

Alteração locomotora que afetam e dificultam o desempenho das funções do indivíduo. (P2)

Qualquer alteração física no ser humano que o impossibilite de realizar atividades comuns da espécie. (P3)

Seria qualquer alteração física que interfira na realização de atividades cotidianas de modo que a pessoa necessite de condições diferentes para realização das mesmas. (P4)

É a perda total ou parcial de alguma habilidade. (P5)

**Não sei.** (P6) grifo nosso

Entre todos os profissionais da educação questionados, apenas um destacado por P6, respondeu não saber definir deficiência física. Mesmo no Ensino Superior, observamos que é possível encontrarmos profissionais que não saibam definir as deficiências, o que nos preocupa, pois à medida que o profissional da educação que está em contato com o aluno com DF não conhece sequer a definição utilizada para classificar as pessoas com perda total ou parcial da mobilidade, como ele poderá atender em sala de aula de forma adequada as necessidades especiais desse aluno?

#### 4.4.2 Formação docente

Como destacado por CARVALHO (2010), um dos maiores questionamentos dos professores em relação ao atendimento ao aluno com deficiência, refere-se à falta de capacitação dos docentes para realização do atendimento as NEE dos alunos com deficiência. Como forma de orientação para os professores, os PCN em Ação (1998) define formas de trabalho adequada para cada aluno com deficiência, orientando de acordo com a deficiência específica.

Entre os profissionais questionados sobre a formação docente para o atendimento as NEE de alunos com deficiência, todos responderam não ter nenhum curso preparatório para lecionar alunos com deficiência e a maioria disse ter tido preocupação ao receber a notícia que em sua sala de aula haveria um aluno (a) com deficiência física e o mesmo foi destacado pelos chefes de departamento e coordenadora, como podemos conferir nas falas a seguir:

No início fiquei preocupada e como iríamos atendê-la, na verdade fiquei mais preocupada pela topografia do campus e pelas instalações não adaptadas. (C1)

Em atender as necessidade essenciais de acesso aos diversos setores. (CD1)

Senti- me preocupado visto que o DSER não apresentava condições suficientes para atender as necessidades das pessoas com deficiência. (CD2)

Com a acessibilidade desse (a) aluno (a). (P1)

Preocupação por não saber como iríamos nos adaptar ao aluno. (P2)

Trabalho as disciplinas normalmente, a única preocupação é ministrar aula em uma sala de fácil acesso a um cadeirante. (P3)

**Nos dias atuais esse fato é mais do que esperado.** (P4) grifo nosso

Por não saber se as demandas de acesso submetidas seriam sanadas. (P5)

Não recebi a notícia. (P6)

**Quando ela chegou em minha sala eu já estava tranquila em relação à minha disciplina, nas aulas práticas não havia problema já que a mesma é renovada pelo técnico e equipamento.** (P7) grifo nosso

Um dos professores questionados está à frente da coordenação do curso no qual uma das alunas é DF e enquanto coordenador ele respondeu ter dito preocupação ao saber que no curso haveria um aluno com DF, mas enquanto professor, ele P7 juntamente com o professor P4 respondeu demonstrar tranquilidade em relação à situação.

Para promover o atendimento às necessidades especiais de alunos com deficiência, faz-se necessário a capacitação do corpo docente, para que eles possam garantir um ensino de boa qualidade aos alunos com deficiência, atendendo-os conforme suas necessidades específicas, mas nunca propondo uma situação de diferenciação entre os outros alunos da sala.

#### 4.4.3 Adaptações curriculares

A diversidade em sala de aula requer adaptações que busquem promover um atendimento adequado as diferentes necessidades de cada aluno. Segundo Stainback e Stainback (1999, p.241):

Com tal diversidade de alunos incluídos nas turmas regulares, nós, educadores, precisamos ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno. Embora os objetivos educacionais básicos para todos os alunos possam continuar sendo os mesmos, os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para serem adequados às necessidades, às habilidades, aos interesses e às competências singulares de cada aluno.

Quando questionados sobre a adaptação curricular para atender o aluno com DF em sala de aula, todos os professores responderam não ter tido necessidade de modificar o currículo para melhor atender o aluno com DF. A maioria dos professores questionados, responderam não ter tido também a necessidade de modificação em suas aulas, devido à deficiência do seu aluno ser física, e a única dificuldade representada seja a de mobilidade, não de aprendizagem. Apenas dois dos sete professores questionados, responderam ter tido a necessidade de adaptar o método de ensino em aulas e provas práticas, como podemos conferir nas falas a seguir:

Somente nas aulas e provas práticas, devido ao espaço físico e estrutura do laboratório. (P2)

A adaptação não foi curricular, a única adaptação é que na hora da prova as peças são levadas até ela e para os outros alunos não, as peças não se movimentam. Mas, a aluna faz a prova no mesmo momento dos alunos. (P7)

Os professores deixam claro que a modificação feita na hora da prova ou nas aulas práticas é necessária devido à estrutura física do prédio que não é adaptada para oferecer autonomia para a mobilidade do aluno com DF, como já relatado anteriormente nos aspectos sobre superação das barreiras arquitetônicas. A deficiência apresentada pelos alunos com DF não a impede de realizar suas atividades junto os outros alunos quando o aspecto acessibilidade é respeitado.

Quanto à utilização de materiais diferenciados em sala de aula para melhor atender a aluna com deficiência física, apenas um professor respondeu ter a necessidade de fazer uso de algum material diferenciado, que vai de encontro a uma adaptação física realizada por parte do professor, a fim de possibilitar acessibilidade da aluna durante a aula, como podemos observar na sua resposta abaixo:

Base de madeira para elevar a cadeira. (P7)

Em relação à avaliação da aluna com DF, todos os professores responderam que não utilizam formas diferenciadas para avaliá-la, haja vista que a deficiência dessa aluna é motora, o que não compromete o seu desempenho intelectual.

Aos alunos com DF questionados sobre a sua necessidade de ter alguma adaptação curricular, todos responderam não necessitaram desse tipo de adaptação e que nenhum professor precisou fazer adaptação no seu currículo para melhor atendê-lo. Por este motivo, constatamos uma sincronicidade entre os dados coletados oriundos dos professores e alunos com DF.

#### **4.4.4 Relação interpessoal**

Outro aspecto que interfere na convivência entre alunos e professores é justamente a relação estabelecida entre eles. A maioria dos professores questionados sobre como eles consideram a sua relação com o aluno com DF, responderam ter uma relação que varia entre boa e ótima, apenas um dos professores, respondeu estabelecer uma relação normal com o seu aluno com DF. Quanto à relação do aluno com DF com os outros alunos da sala, a maioria

dos professores respondeu ser uma relação que varia entre boa e ótima, apenas um professor respondeu ser uma relação normal entre alunos.

Ao serem perguntados sobre a forma como os outros alunos reagiram no início com o aluno com DF, a maioria dos professores respondeu ter sido uma reação muito boa, como podemos conferir nas falas a seguir:

Muito bem. (P1)

Reagiram com cuidado e zelo, tentando colaborar e ajudar ao máximo o colega. (P2)

Com naturalidade. (P3)

Não tenho como responder. (P4)

Acredito que com carinho. (P5)

Não sei. (P6)

Ao meu ver reagiram com naturalidade e acolheram muito bem. (P7)

Apenas dois professores responderam não saber responder como os alunos reagiram no início com o aluno com DF.

Sobre a influência que a relação com os outros alunos pode estabelecer no aluno com DF, a maioria dos professores respondeu achar que essa relação pode sim influenciar o aluno com DF; dois professores responderam não achar que essa relação influencie o aluno com DF e apenas um professor respondeu achar que influencia da mesma forma como influencia qualquer pessoa, conforme as falas abaixo, dos professores que responderam sim:

Imagino que se esse aluno é bem aceito pelos demais, seu desempenho nas disciplinas melhora. (P1)

Eles resolvem os problemas de falta de estrutura da Universidade. (P4)

Para o bem dando segurança e confiança. (P5)

**Acho que influencia positivamente, na verdade todas as relações interpessoais fazem isso independente da deficiência. No caso de nossa aluna ainda mais, por ser muito independente e capacitada ela pode ter inspirado muitos alunos, ou seja, acho que a influência dela aos outros é ainda maior e mais positiva.** (P7)  
grifo nosso

O professor P7 ressalta as características positivas presente na aluna com DF, acreditando que a influência maior seja da própria aluna com DF aos outros alunos, por ser independente e capacitada, conforme grifo nosso.

Aos outros profissionais da educação questionadas sobre sua relação com o aluno com DF, todos responderam ser uma relação muito boa, com diálogo, como podemos observar nas respostas abaixo:

Minha relação é boa, sempre conversamos para que a mesma possa expressar suas necessidades. (C1)

Uma relação satisfatória e gratificante. (CD1)

Excelente, pois a minha formação educacional familiar foi condicionada a tratar todos ou todas da mesma forma, pois não sabemos o que vai acontecer no futuro. (CD2)

Do ponto de vista dos alunos com DF questionados sobre a sua relação com os professores, todos responderam ser uma relação boa e se sentirem muito bem com eles, como podemos conferir nas falas a seguir:

O meu relacionamento com eles é muito bom, são atenciosos e quando tenho dificuldades nós conversamos para solucioná-las. (A1)

Muito bem. (A2)

Quanto à sua relação com os outros alunos, os alunos também responderam ser boa e se sentirem muito bem entre eles, conforme as falas abaixo:

Fiz muitos amigos na Universidade e eles sempre me ajudam quando preciso. (A1)

Muito bem. (A2)

É de extrema importância para os alunos com DF se sentirem acolhidos e, principalmente, respeitados por todos, desde professores a alunos e servidores. Uma boa relação promovida pelos professores quebram barreiras e facilita o entendimento dos alunos sobre as disciplinas, pois os mesmo não ficam inibidos ao tirarem dúvidas com os docentes. E entre os outros alunos, faz com que eles se sintam a vontade em sua diferença, e sintam confortáveis no ambiente universitário. Também foi possível observar em uma fala do professor P7, a influência que a relação dos outros alunos com a aluna com DF pode influenciar neles, pois a aluna transmite ser uma pessoa feliz, independente e bastante capacitada. Dessa forma, essa observação do professor nos faz refletir sobre a quebra de pré-conceitos estabelecidos às pessoas com deficiência, que as qualificavam como pessoas “incapazes”.

#### 4.4.5 Desempenho do aluno

Os professores ao serem questionados como eles consideram o aluno com DF em sala de aula, todos responderam ser um aluno participativo e um professor enfatizou o interesse da aluna com DF pela sua disciplina. Entre os aspectos identificados no aluno com DF, os professores destacaram participativo, interesse e relação social, como podemos observar nas respostas a seguir:

Relação social, interesse. (P1)

Participativo, relação social, interesse. (P2)

Participativo, relação social, interesse. (P3)

Participativo, curiosidade, relação social, interesse. (P5)

Participativo, interesse. (P6)

Participativo, relação social, interesse. (P7)

As respostas acima dos profissionais da educação nos faz refletir sobre a importância que o ambiente no qual o aluno com deficiência está inserido interfere no seu desenvolvimento. Em toda avaliação realizada observamos que os alunos com DF responderam se sentir bem recebidos no CCA/UFPB e que apesar da falta de algumas adaptações necessárias ao atendimento desses alunos, as pessoas que compõe essa Instituição em sua maioria, trabalham para oferecer aos mesmos, conforto e condições adequadas (diante do possível) para o desenvolvimento de suas atividades.

O processo de inclusão de alunos com DF no Ensino Superior requer mudanças no ambiente universitário, sendo estas as mais necessárias de acessibilidade. É de responsabilidade da Universidade a promoção do espaço físico acessível para que os alunos com DF possam realizar suas atividades tanto acadêmica quanto social com autonomia, e para que isso seja possível, modificações na arquitetura dos prédios são necessárias.

## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão no ambiente escolar de alunos com deficiência é um processo pelo qual se busca a promoção de uma educação de qualidade para todos sem distinção, por meio de adaptações que garantam o acesso e a permanência desses alunos na escola.

O reflexo da inclusão de alunos com deficiência em escolas de ensino regular, nem sempre é traduzido nas Instituições de Ensino Superior, pois poucos são os alunos com deficiência que ingressam nessa modalidade de ensino, devido à falta de adaptação adequada para atender as necessidades especiais desses alunos.

O processo de inclusão caminha a passos lentos e requer empenho de todos que compõe uma comunidade escolar para promover o mesmo nas Instituições, seja de ensino básico ou de ensino superior. Para que isso ocorra, faz-se necessário a implementação de políticas de inclusão que visam a inclusão de alunos com deficiência e propõem atendimento adequado as suas necessidades especiais.

Reconhecemos como sendo de extrema importância atender o aluno com deficiência conforme as suas necessidades especiais, oferecendo a ele um ambiente saudável para o desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, as concepções dos profissionais sobre inclusão, foram de extrema importância, pois nos permitiu identificar a visão de cada profissional referente à temática, comparando-as com a realidade em sala de aula. Assim, além de uma preocupação expressada por parte dos profissionais da educação na hora de oferecer o atendimento adequado as necessidades especiais dos alunos com DF, percebe-se o reconhecimento e aceitação desses profissionais a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, sendo enfatizada como consistir em direito de todos a uma formação profissional. Por tanto, para que o profissional desempenhe suas atividades de forma a atender de maneira qualificada as necessidades especiais de alunos com deficiência no ensino superior, é de fundamental importância a formação do profissional da educação com oficinas de capacitação.

Finalizando, ressaltamos que as diferenças não são obstáculos para o exercício de uma educação de qualidade, e o reconhecimento da diversidade é fundamental para a inclusão de práticas educativas e sociais. Entre as barreiras que dificultam o acesso de alunos com DF, ficaram constatadas que as barreiras arquitetônicas são as que mais interferem no desempenho de suas atividades, devendo haver adaptações adequadas segundo as normas de acessibilidade, nos prédios da Instituição.

## VI – REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Declaração sobre os direitos de Todos à Educação**. Jomtien: Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Edital Programa de Acesso a Universidade – Incluir**. Diário Oficial da União, Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB Nº. 4/2009** - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução ONU nº 48/93**, de 20 de Dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias**. (UFPB/CCA).

\_\_\_\_\_. **Universidade Federal da Paraíba**. (UFPB).

\_\_\_\_\_; **Acessibilidade Legislação Federal**, Decreto nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, Brasil.

\_\_\_\_\_; **Acessibilidade Legislação Federal**, Decreto nº 3.298 de 21 de Dezembro de 1999, Brasil.

\_\_\_\_\_; **Acessibilidade Legislação Federal**, Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004, Brasil.

\_\_\_\_\_ ; **Acessibilidade Legislação Federal**, Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, Brasil.

\_\_\_\_\_ ; **Acessibilidade Legislação Federal**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_ ; Portaria MEC nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, Brasil.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** (NBR 9050:2005, válida a partir de 30/12/05). Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BOGDAN. R.; BIKLEN. S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5ª ed. 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DUARTE, E.R. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior e nos cursos de Educação Física de Juiz de Fora pede passagem. E agora?**. Universidade Federal De Juiz De Fora, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marly E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

**NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SASSAKI. Romeu K. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VALDÉS, M.T.M. **A Integração das Pessoas com Deficiência na Educação Superior no Brasil**. s/d.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1:

Areia, 11 de março de 2013.

Eu, Fabrícia de Fátima Araújo Chaves, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº3457898-SSDS-PB, residindo na Rua Hedmaria Egídio de Oliveira de nº 108, em Alagoa Grande, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, em Areia, venho solicitar por meio deste, autorização para fotografar os prédios da Universidade, a fim de obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso denominado: **AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger. Solicito também, autorização para publicação dos dados em meu TTC. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Identificar e compreender os avanços e desafios que alunos com Deficiência Física, matriculados na UFPB, no Centro de Ciências Agrárias, enfrentam para concluir seus estudos, bem como compreender as Políticas de Inclusão Social que a UFPB tem realizado para materializar: o direito das pessoas com deficiência, para acessar os diferentes espaços físicos da UFPB/CCA; e, as adaptações compatíveis e necessárias para o melhor atendimento aos alunos.

Sem mais agradeço antecipadamente.

Nestes Termos

P. Deferimento

Fabrícia de Fátima Araújo Chaves \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger \_\_\_\_\_

( ) Sim, autorizo a publicação das imagens do Campus.

( ) Não, autorizo.

---

Assinatura do (a) diretor (a) da UFPB/CCA

## **ANEXO 2:**

Areia, 04 de fevereiro de 2013.

Eu, Fabrícia de Fátima Araújo Chaves, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº3457898-SSDS-PB, residindo na Rua Hedmaria Egídio de Oliveira de nº 108, em Alagoa Grande, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, em Areia, venho convidá-lo por meio deste, para participar da minha pesquisa denominada: **AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**, a fim de obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso. Solicito também, autorização para publicação dos dados em meu TTC. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Identificar e compreender os avanços e desafios que alunos com Deficiência Física, matriculados na UFPB, no Centro de Ciências Agrárias, enfrentam para concluir seus estudos, bem como compreender as Políticas de Inclusão Social que a UFPB tem realizado para materializar: o direito das pessoas com deficiência, para acessar os diferentes espaços físicos da UFPB/CCA; e, as adaptações compatíveis e necessárias para o melhor atendimento aos alunos.

Sem mais agradeço antecipadamente.

Nestes Termos

P. Deferimento

---

Fabrícia de Fátima Araújo Chaves

( ) Sim, concordo em contribuir com a pesquisa e a publicar os dados anonimamente.

---

Assinatura do (a) aluno (a) da UFPB/CCA

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**



**QUESTIONÁRIO**

**TEMA: INCLUSÃO**

**DESTINADO À: COORDENADOR (A) DE CURSO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Função:** \_\_\_\_\_

**Tempo de serviço:** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**1. O que você entende por inclusão no ensino superior?**

---

---

---

**2. Você está de acordo com a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior?**

( ) Sim ( ) Não

O porquê da sua resposta?

---

---

---

3. O que você entende por Deficiência Física?

---

---

---

4. Você acha que a Universidade apresenta estrutura física adequada para receber alunos com Deficiência Física?

Sim  Não

Por quê?

---

---

---

5. A Universidade já era adaptada ou precisou se adaptar? Marque (sim) se já era adaptada ou (não) se precisou adaptar.

Sim  Não

6. Você já fez algum curso preparatório para atender alunos com deficiência?

Sim  Não

Se sim, qual?

---

---

---

7. Qual foi sua reação ao receber a notícia, que no curso haveria um/uma aluno (a) com Deficiência Física?

Insegurança  Preocupação  Surpresa  Normal

Justifique

---

---

---

8. Algum atendimento específico foi solicitado pelo (a) o/a aluno (a) com Deficiência Física?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual?

---

---

---

9. A sua coordenação deu algum tipo de orientação aos professores sobre a forma de atendimento adequada para esse aluno (a)?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

---

---

---

10. Quais as facilidades que a sua coordenação encontra para proporcionar um atendimento de qualidade para o/a aluno (a) com Deficiência Física?

---

---

---

11. Quais as dificuldades que a sua coordenação encontra para proporcionar um atendimento de qualidade para o/a aluno (a) com Deficiência Física?

---

---

---

12. Como é a sua relação com esse/essa aluno (a)?

---

---

---

13. Você acha que o aluno (a) com Deficiência Física se sente satisfeito (a) com o atendimento proporcionado pela Universidade a ele?

Sim  Não

Justifique

---

---

---

14. A Universidade possui Políticas Públicas voltadas para a inclusão de alunos com Deficiência Física?

Sim  Não

Se sim, quais e como elas estão sendo implantadas?

---

---

---

---

---

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE B:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**



**QUESTIONÁRIO**

**TEMA: INCLUSÃO**

**DESTINADO À: CHEFIAS DEPARTAMENTAIS**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Função:** \_\_\_\_\_

**Tempo de serviço:** \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**1. O que você entende por inclusão no ensino superior?**

---

---

---

**2. Você está de acordo com a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior?**

( ) Sim ( ) Não

O porquê da sua resposta?

---

---

---

3. O que você entende por Deficiência Física?

---

---

---

4. Você acha que a Universidade apresenta estrutura física adequada para receber alunos com Deficiência Física?

Sim  Não

Por quê?

---

---

---

5. A Universidade já era adaptada ou precisou se adaptar? Marque (sim) se já era adaptada ou (não) se precisou adaptar.

Sim  Não

6. Você já fez algum curso preparatório para atender alunos com deficiência?

Sim  Não

Se sim, qual?

---

---

---

7. Qual foi sua reação ao receber a notícia, que em seu departamento haveria alunos (as) com Deficiência Física?

Insegurança  Preocupação  Surpresa  Normal

Justifique

---

---

---

8. O seu departamento apresenta adaptação física adequada para atender os alunos com Deficiência Física?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

---

---

---

9. Os alunos com Deficiência Física solicitaram algum atendimento específico?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual?

---

---

---

10. O seu departamento deu algum tipo de orientação aos professores sobre a forma de atendimento adequada para esses alunos?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

---

---

---

11. Quais as facilidades que o seu departamento encontra para proporcionar um atendimento de qualidade para alunos (as) com Deficiência Física?

---

---

---

12. Quais as dificuldades que o seu departamento encontra para proporcionar um atendimento de qualidade para alunos (as) com Deficiência Física?

---

---

---

13. Como é a sua relação com esses alunos?

---

---

---

14. Você acha que o aluno (a) com Deficiência Física se sente satisfeito (a) com o atendimento proporcionado pela Universidade a ele?

Sim  Não

Justifique

---

---

---

15. A Universidade possui Políticas Públicas voltadas para a inclusão de alunos com Deficiência Física?

Sim  Não

Se sim, quais e como elas estão sendo implantadas?

---

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNDICE C:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**



**QUESTIONÁRIO**

**TEMA: INCLUSÃO**

**DESTINADO À: PROFESSORES**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Tempo de magistério:** \_\_\_\_\_

**Professor de:** ( ) Graduação ou ( ) Pós-Graduação

**QUESTÕES**

**1.** O que você entende por inclusão no ensino superior?

---

---

---

---

**2.** Você está de acordo com a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior?

( ) Sim ( ) Não

O porquê da sua resposta?

---

---

---

3. Você acha que a Universidade apresenta estrutura física adequada para receber alunos com Deficiência Física?

Sim  Não

Por quê?

---

---

---

4. A Universidade já era adaptada ou precisou se adaptar? Marque (sim) se já era adaptada ou (não) se precisou adaptar.

Sim  Não

5. Qual foi sua reação ao receber a notícia, que em sua sala de aula haveria um aluno (a) com Deficiência Física?

Insegurança  Preocupação  Surpresa  Normal

Por quê?

---

---

---

6. Você já fez algum curso preparatório para lecionar alunos com deficiência?

Sim  Não

Se sim, quais?

---

---

---

7. Como você consegue lidar com a diversidade na sala de aula?

---

---

---

8. Você já havia ensinado para alunos com Deficiência Física?

( ) Sim ( ) Não

9. O que você entende por Deficiência Física?

---

---

---

10. Quais as facilidades que você encontra para proporcionar um atendimento de qualidade para alunos (as) com Deficiência Física?

---

---

---

11. Quais as dificuldades que você encontra para proporcionar um atendimento de qualidade para alunos (as) com Deficiência Física?

---

---

---

12. Você precisou fazer alguma adaptação curricular para atender esse aluno (a)?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, cite:

---

---

---

13. Você recebeu alguma orientação do departamento antes de ensinar esse aluno (a) com Deficiência Física?

Sim  Não

Se sim, quais foram?

---

---

---

14. O método de ensino utilizado por você em sala de aula é diferenciado para atender o aluno (a) com Deficiência Física?

Sim  Não

Justifique

---

---

---

15. Você acha que o aluno (a) com Deficiência Física se sente satisfeito (a) com o atendimento proporcionado pela Universidade a ele?

Sim  Não

Justifique

---

---

---

16. Você se sente preparado para atender esse aluno (a)?

Pouco capacitado  Muito capacitado  Nenhum pouco capacitado

17. Você considera sua relação com ele (a):

Ruim  Boa  Regular  Ótima

18. A relação do aluno (a) com Deficiência Física com os outros alunos é considerada em sua opinião:

Ruim  Boa  Regular  Ótima

19. Como os outros alunos reagiram a início com esse aluno (a)?

---

---

---

20. Você utiliza materiais diferenciados em sala de aula para atender esse aluno (a)?

Sim  Não

Se sim, quais?

---

---

---

21. Você utiliza alguma forma diferenciada para avaliar o aluno (a) com Deficiência Física?

Sim  Não

Se sim, quais?

---

---

---

22. Como você considera esse aluno (a) em sala de aula:

participativo  Tímido  Reprimido  Inquieto  Curioso

Outros: \_\_\_\_\_

23. Você acha que a relação com os outros alunos influencia o aluno (a) com Deficiência Física?

Sim  Não

De que maneira?

---

---

---

24. Quais os aspectos abaixo você identifica que seu aluno (a) com Deficiência Física têm desenvolvido progressivamente:

Participativo     Tímido     Curiosidade     Relação social

Interesse     Comportamento     Compreensivo

**Agradecida pela cooperação!!!**

**APÊNCIDE D:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
ALUNA: FABRÍCIA DE FÁTIMA ARAÚJO CHAVES**



## **QUESTIONÁRIO**

**TEMA: INCLUSÃO**

**DESTINADO À: ALUNO (A)**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Curso:** \_\_\_\_\_

## **QUESTÕES**

1. Você gosta da Universidade?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

---

---

2. Você se sentiu bem recebido (a) na Universidade?

( ) Sim ( ) Não

Justifique

---

---

---

3. Quais principais dificuldades você enfrentou quando chegou a Universidade?

---

---

---

4. Hoje, você enfrenta as mesmas dificuldades?

( ) Sim ( ) Não

Justifique

---

---

---

5. Em algum momento na Universidade você vivenciou alguma situação de exclusão?

( ) Sim ( ) Não

Qual?

---

---

---

6. Se sim, a Universidade tomou conhecimento do fato? E como ela se posicionou diante desse ocorrido?

---

---

---

7. Como é sua relação com os professores?

( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

8. Como você se sente nas relações com os professores?

---

---

---

9. Como é sua relação com os outros alunos?

Boa  Regular  Ruim

10. Como você se sente nas relações com os amigos?

---

---

---

11. Você recebe dos outros o apoio que necessita?

Nenhum  Pouco  Médio  Muito

12. Dê exemplos de diferentes apoios que você tem recebido na Universidade.

---

---

---

---

13. Você sente alguma dificuldade para acompanhar as explicações dos (as) professores (as) durante a aula?

Sim  Não

Se sim, quais?

---

---

---

14. Você necessita de alguma adaptação curricular específica?

Sim  Não

Se sim, quais?

---

---

---

**15.** Algum professor (a) fez alguma adaptação curricular?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

---

---

---

**Agradecida por sua cooperação!!!**

